

A Villa do Castellum da Fonte do Milho.

Uma antepassada
das actuais quintas do Douro



C a r l o s A . B r o c h a d o d e A l m e i d a

Corria o ano de 1771 quando se procedeu a uma célebre devassa no território do Alto Douro a mando do rei de então, D. José I, sendo seu executante o juiz desembargador Antônio de Mesquita e Moura, da Relação do Porto. Embora as ordens partissem da suprema autoridade da nação, o principal obreiro desta iniciativa foi Sebastião José de Carvalho e Melo, à data Conde de Oeiras e ministro todo-poderoso daquele monarca. A finalidade de tal devassa, na óptica dos homens da Junta da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, impunha-se porque se assistia, sem impunidade, às mais escandalosas adulterações do vinho aí produzido, sobretudo nas misturas que se faziam no dito fino, com outros de menos valia e qualidade. Como se não bastasse, a introdução de vinhos não catalogados de “*finos*” ou seja, de *vinhos de ramo*, nos territórios que produziam aqueles e que por isso mesmo eram designados de vinhos de “*embarque*”, chegou-se ao ponto de adicionar vaga de sabugueiro para dar cor ao vinho que se apresentava de bem menor qualidade. Ótimo exemplo do que acabamos de referir, é o caso de Antônio Botelho que foi encarregado de ir a Mirandela comprar, a uma tal Joana de Suções, “*dois alqueires e meio de baga de sabugueiro*” que transportou para a zona da Régua nas suas bestas (Oliveira et alii, 1983,182).

Neste carrossel de infracções participaram as mais diversas figuras gradas da região – homens de leis, capitães de ordenança, sargentos-mores, alferes, padres, frades, comerciantes, cirurgiões, proprietários de certa nomeada – que eram os beneficiários mais directos dos proventos provenientes de tais adulterações, bem como o povo mais humilde ou sejam os que arcavam com a responsabilidade directa de efectuar o carregamento e o transporte dos *vinhos de ramo* para serem transfor-

mados em *vinhos de embarque*. Tais movimentações faziam-se normalmente de noite, mas como a fiscalização não era muito eficiente, cedo se concluiu que o transporte diurno também era, de certo modo, seguro. Nesta azáfama de transferir vinhos e espécies adulterantes, participaram os almocreves, os carreteiros e mesmo os lavradores que, com os seus jornaleiros, não fugiam a aumentar o magro pecúlio da sua actividade. Os meios de transporte, esses também foram dos mais variados, desde os carros de bois, aos jumentos, muares e machos (Oliveira et alii, 1983).

A dita devassa produziu os efeitos jurídicos e penais, mas também demonstrou que sabotar as regras estabelecidas era prática mais que institucionalizada e que o número dos que prevaricavam era elevado. Só no espaço compreendido entre o Ribeiro de Ceira e Mesão Frio, território que poderíamos, genericamente, designar de Cima Corgo, o número dos faltosos era elevada e tal prática estava mais que difundida. O que convenhamos, de certo modo se entende, porque era neste espaço que se centrava uma grande parte da região demarcada. São inúmeros os casos denunciados em freguesias como Poiães, Canelas, Vilarinho dos Freires, Galafura, Alvações do Tanha, Cumeeira e Alvações do Corgo, terras que hoje se distribuem pelos concelhos de Peso da Régua e Santa Marta de Penaguião.

Não sendo nossa intenção esmiuçar esta dita devassa e tão pouco aprofundar as implicações que acarretaram para os prevaricadores, não deixa, todavia, de ser interessante, que uma boa parte do tempo do Inquiridor tivesse sido empregue em interrogar residentes, no território compreendido entre os ribeiros da Ceira e do

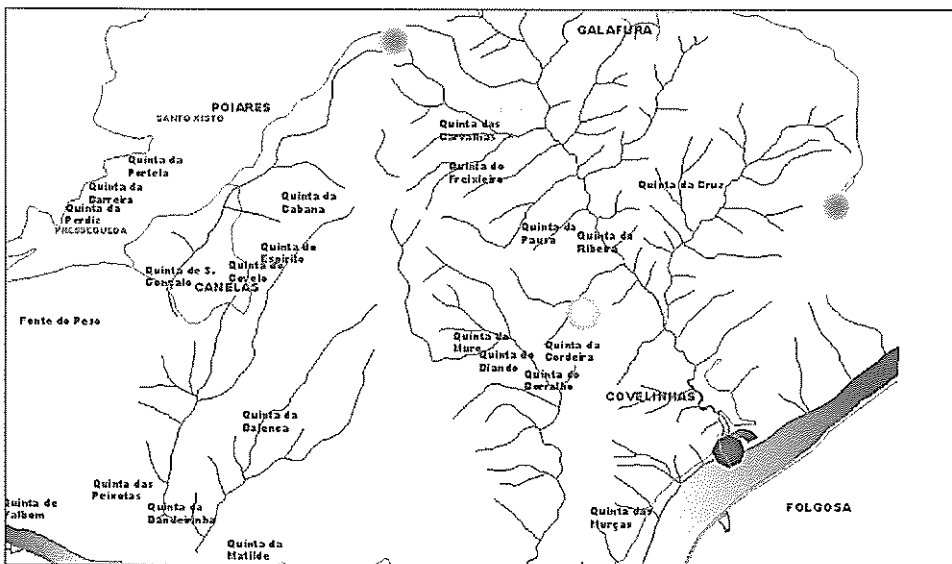


Fig. 1 | Quintas actuais no ar do Fonte do Milho

Tanha. É que, sendo o Baixo Corgo historicamente o berço do vinho de benefício ou do Porto, o Alto Corgo não lhe fica atrás em importância que tem e tinha para esta região. Bastará observar o mapa da região dos vinhos do Douro de Forrester, que foi publicado em 1852, para se perceber que das 799 quintas assinaladas, 54 situam-se precisamente neste espaço (Lidell e Price, 1995, 21-22).

Ressalvando o Rio Corgo e mais a Oriente o Rio Pinhão, as linhas de água desta região resumem-se a ribeiros de média e pequena dimensão que descem esganados pelo relevo, abruptamente e com grande caudal durante as invernias, mas que na restante parte do ano se quedam em pequenos charcos ou mesmo totalmente secos. O relevo, esse também ajuda e de que maneira à definição de um clima de tipo mediterrânico, pois desenrola-se numa sucessão de escarpas, ora ravinosas, ora mais amaciadas por séculos de labuta insana. O xisto, a base geológica desta região, presta-se a ser decapado, outrora à enxada e picareta, hoje aos ditames das poderosas máquinas de terraplanagem. O relevo, que se pode definir como uma sucessão de montes e abruptas ravinas, tem como parceiro ideal o clima. Se chove pouco ou quase nada nos dias estivais, as inverneiras são rigorosas, mesmo violentas, a ponto de destruir o trabalho de dias e de séculos. O estio produz temperaturas extremas, capazes de tornar insuportável a vida humana, mas altamente benéfica para as uvas que em socalcos e fiadas descem das encostas até à raiz do Douro e dos seus afluentes. Quem conhece o Douro do “vinho do Porto” e dos seus mais conceituados vinhos de mesas sabe que estes são os condimentos principais do clima mediterrânico. Os três meses de inverno e os nove meses de inferno do aforisma popular são de ontem e de hoje, mas o plantio das primeiras cepas de vinha “domesticadas” são mais de ontem que da actualidade.

Este espaço, que agora analisamos e que homens de outrora, com a sabedoria quem sabe observar, designaram por “*Terra do Vinho*”, é na actualidade uma sucessão quase contínua de vinha, interrompido, aqui e ali, pelo casario das “quintas” e mais além por um aconchegado núcleo de aldeia. A quebrar esta paisagem, que pode tornar-se monótona, lá estão as árvores de fruto e os renques de oliveiras a bordejar os caminhos, as quais, diga-se em abono da verdade, são escassas apesar da situação geo-climática ser tão excelente, como em qualquer outro ponto do mediterrâneo. A escassez da oliveira e da amendoeira e mesmo da figueira nestas paragens, nada tem a ver com a falta de solo e de clima apropriado, antes de espaço. Desde os tempos mais recuados, que os homens, que por aqui labutaram, apostaram nos cereais, nos legumes e no plantio da vinha. Esta foi ganhando gradualmente estatuto e a partir do começo da época moderna pode dizer-se que impôs, de uma forma decisiva, a sua doce ditadura.

A conquista, chamemos-lhe antes, a colonização deste espaço agreste, é uma história longa e nem sempre fácil de contar. Se hoje é simples e rápido remover montanhas, tempos houve em que o ritmo foi ditado pela força braçal de quem manuseava a enxada. Os espaços agrícolas foram nascendo e estruturam-se em unidades capazes de responder aos interesses de cada casa e de cada comunidade. Num sítio semeava-se centeio, trigo ou cevada, para outros, sobretudo para os pequenos lameiros, foram as hortas e as ervas dos animais. O desbravar de espaços incultos prosseguiu ao longo dos séculos e muitas das quintas de agora, adoptaram, como designação oficial, o nome da vegetação dominante – Tojais, Aveleira, Freixieiro, Carvalhas, Freixo – ou dos animais que por ali tinham o seu habitat: Murças, Cordeira, Peixotas. Outras foram buscá-lo às configurações do solo – Portela, Covelinhas, Vila Cova, Covelo – quando não às nascentes e trânsito da água: Ribeira, Fontaínha. Como o Douro “*é um grande templo, somatório de altares ondulados*” (Pereira, 1947), o lavrador duriense foi surribando encostas e plan-tando à “*sirga da vinha*”, casas, igrejas e capelas de acordo com as suas crenças, mas sem nunca esquecer Santa Bárbara, a mais desvalida patrona daqueles que confiam na vinha e no vinho, o futuro das suas vidas. Em tempos idos, quando o cristianismo ainda era a miragem dos grande núcleos urbanos e só esparsamente havia transbordado para os imensos espaços escassamente povoados, os homens cavaram fundo, tanques sacrificiais no santuário da vizinha Panóias, construíram altares a Júpiter e a Baco, gravaram dedicatórias às mais diversas divindades, fossem elas do panteão romano ou do indígena. Ao som de cada colheita reverenciavam o tinotreante Júpiter e agradeciam a Dionísio ou ao seu congénere Baco, as alegrias de uma boa safra de uvas. Haverá, por acaso, freguesia do Douro vinhateiro que se tenha esquecido de erguer uma capela em sua honra ou de colocar na sua igreja uma imagem desta virgem e mártir romana?

Entre o ribeiro da Tanha e o de Covelinhas nasceram inúmeras plantações de vinha, umas mais antigas que outras, algumas com certo historial. Ao longo da sinuosa estrada que une Covelinhas a Canelas, nas curvas do antigo caminho ou entre vinhas, multiplicam-se as casas destelhadas de paredes em xisto enegrecido, que vão sendo substituídas, outras de perfil mais recente. Fazem estas propriedades parte das muitas quintas que por aqui proliferam. No entanto e como alguém já fez notar “*uma quinta não é de modo nenhum um edificio, mas uma área de terreno que tanto pode ser uma modesta parcela de uns quantos metros quadrados como uma extensa propriedade de muitos hectares, vocacionada para a agricultura e, no caso vertente, para o cultivo da vinha*” (Lidell et alii, 1991, 4).



Este princípio aplica-se integralmente ao espaço que rodeia as ruínas da antiga *villa* da Fonte do Milho, sítio que está às cavaleiras da Quinta do Borralho. Tanto esta, como as outras duas dezenas que distribuem, entre si, este espaço, têm um historial recente, à excepção das quintas de Dona Matilde e das Murças, cujas origens remontam a meados do séc. XVIII. São, por isso mesmo, coevas da demarcação pombalina. No caso específico desta última, sabemos que os seus terrenos foram incluídos na feitoria de 1757, mas no ano seguinte, parte dos seus vinhos foram desclassificados e alguns terrenos excluídos, confirmação que foi ratificada em 1761 (Lidell et alii, 1991, 72-73).

Que este é um espaço de eleição para a produção de vinho, seja ele de benefício ou de mesa, é facto mais que confirmado por uma parte significativa da velha demarcação pombalina e porque apesar da crise provocada pela filoxera, o espaço vinhateiro não só retomou a sua actividade, como cresceu significativamente. Se aqui e ali ainda há resquícios dos antigos mortórios, é facto assente que a vinha invadiu quase todos os espaços, mesmo os mais recônditos, apoiando-se nas mais modernas técnicas de regularização de solos, plantio de cepas, recolha e armazenamento das uvas e do produto final, que no caso vertente, é o vinho, maioritariamente o *Vinho do Porto*.



Fig. 2 | A *villa* da Fonte do Milho à vista da povoação de Galafura

Como acima afirmamos, o aproveitamento agrícola do terreno que envolve a Fonte do Milho e por arrastamento uma boa parte das colinas, encostas e baixios ribeirinhos do Rio Douro, não é de hoje, é de ontem, de um tempo já bem recuado na memória da Humanidade. Se temporalmente descermos ao começo da Nacionalidade, ficamos a saber que a coroa tinha aqui quatro casais situados em Canelas de Poiares do Douro e dos quais fez a doação de um deles a dois bobos da corte: *in villaa que vocatur Canelas...damus igitur vobis predictum casalem cum omnibus suis terminis* (Azevedo et alii, doc. 67). Tal decisão aconteceu em 1193 e não será difícil de intuir que a base económica tanto desta como de outras propriedades desta região era o vinho, porque, embora este texto o não diga explicitamente, isso já acontece no foral concedido em 1195 aos moradores de Covelinhas, posteriormente confirmado por D. Afonso III. Em tal documento o rei estabelecia a *jugada* de vinho nos seguintes termos: *vino autem ex quinque annis ad dursum singulos modios ad palacium et nihil amplius e de parada vino singulos almudes* (Lencastre, 1953, 90). Uma década andada e novamente o vinho produzido nesta região entrava num acordo sobre as rendas da igreja de Poiares, entre o arcebispo de Braga, D. Martinho e a Ordem dos Hospitalários. Estes comprometiam-se a pagar anualmente ao arcebispo, quatro moios, dos quais dois eram de vinho.



Fig. 3 | Sepulturas cavadas no xisto à espera de tratamento condigno

A estes juntavam-se ainda seis *quartários* de trigo, sendo a medida utilizada, aquela que se usava na feira de Constantim (Lencastre, 1953, 94).

Se andarmos um pouco para Nascente, para o outro lado da linha de água que desagua em Covelinhas, deparamos com a povoação de Galafura, que também tem um historial digno de nota. No seu ponto mais elevado está o castro de São Leonardo e nas vertentes do mesmo pesquisaram-se outrora veios de cobre e ao que parece também de ferro e numa quebrada localizada a Noroeste do povoado da Idade do Ferro, há sinais de um assentamento medievo, já que por ali há cerca de meia dúzia de sepulturas cavadas na rocha, abertas num afloramento xistoso.

No começo da Nacionalidade a importância desta localidade era digna de registo, porque o rei D. Afonso III, em 1256, concedeu-lhe, um foral. Segundo o texto, entre outras obrigações, os moradores tinham de pagar, anualmente, uns tantos mós de pão e de vinho pela medida de Galafura (Lencastre, 1953, 110).

É evidente que estas informações documentais são vitais para o conhecimento da região em tempos recuados, para mais numa zona onde as antigas ocupações humanas dificilmente resistiram à reviravolta operada pela maquinaria que revolveu o solo em extensão e em profundidade. Sendo, na sua grande maioria, solos silúricos predispostos ao plantio de vinha de benefício, mais difícil se torna a manutenção de sítios com potenciais vestígios arqueológicos. Os mais vulneráveis são aqueles que se espalham pelo aro agrícola, nomeadamente as estruturas habitacionais, as sepulturas cavadas na rocha, os lagares também cavados em penedias e todos aqueles que se localizam no espaço actualmente ocupados pelos núcleos habitacionais, sejam eles do período romano, medieval ou posterior. Neste caso específico as actuais aldeias mais não são que a continuação lógica de anteriores ocupações, muitas delas remontando ao período medievo. Só que desta altura não há qualquer sinal visível e este, quando subsiste, está centrado numa igreja. Raramente há sinais de arquitectura civil e desta, quando aparece, nunca é anterior ao período manuelino ou seja ao começo da Idade Moderna. Por outras palavras, os sinais arquitectónicos mais recuados, encontrados nas aldeias do Alto Douro, resumem-se as janelas e portas de arestas chanfradas, a padieiras e ombreiras molduradas, a remates de portas e janelas com arcos contracurvados. Tudo o mais permanece reutilizado nas habitações que se seguiram ou simplesmente desapareceu, porque, na sua grande maioria, as casas eram feitas de materiais perecíveis ou usavam o xisto, abundante sem dúvida, mas de difícil sustentação nos muros das habitações. Na grande maioria dos casos, as casas dos agricultores não passariam de cabanas, ou seja, de estruturas muito rudimentares com paredes feitas com ramos de árvores e solos em terra batida, reforçadas umas e outras com

barro que calafetava os buracos, um pouco na linha das esteiras e choços de pastores onde a cobertura em colmo era outro elemento referencial (Oliveira et alii, 1988). Para que conste e embora não possa haver uma relação directa, às portas de Vilarinho dos Freires permanece o sugestivo topónimo: *Quinta da Cabana*.

Que a vinha se cultivava neste território em período anterior à Baixa Idade Média, sabemos-lo através da *Villa* da Fonte do Milho, que foi uma das grandes explorações agrárias de época romana. A mesma certeza temos da ocupação romana que houve no topo da colina sobranceira à Quinta do Noval (Vilarinho de Cotas – Alijó) (Almeida, 1996, 266- 269), da Quinta de Tralhariz (Carrazedo de Anciães) (Severo, 1903, 177-200) debruçada que está sobre o fraguedo que acompanha o curso final do Rio Tua e da Aldeia Nova em Almendra, concelho de Vila Nova de Foz Côa, situada na base de Castelo Calabre.

As ruínas da *villa* romana da Fonte do Milho encontram-se na parte mais elevada de uma das muitas colinas em que o vale do Rio Douro é fértil. Outrora isolada, está presentemente muito próxima à Quinta do Borralho, numa cota que ronda os 420m. Do cimo dos arruinados muros tem-se uma ampla visão sobre o monte de São Leonardo, onde esteve sediado um castro da Idade do Ferro, mas também para o vale do ribeiro de Covelinhas e mesmo para o Rio Douro, pois dali consegue ver-se uma pequena nesga ou seja o sítio da *Passagem*. Em contrapartida, a visão do lado poente estava cerceada pelo Monte Raso, de maior envergadura, mas não para Norte onde a vista podia espalhar-se, em segurança, para uma orografia que sobe bem para lá do Monte de Santa Bárbara e da povoação de Galafura.

A vida aconteceu no sítio da Fonte do Milho, pelo menos, até ao início da Alta Idade Média. Seguiu-se o abandono e as antigas habitações viraram um amontoado de ruínas. Com o arroteamento das colinas a oriente do Monte Raso, a vinha praticamente que colidiu com as ruínas e se não invadiu mesmo o reduto mais elevado, foi porque a pedra era muita e o trabalho à data era braçal.

Todos os que por ali andavam e trabalhavam no amanho das terras e das vinhas sabiam que por ali havia “coisas de *mouros*” e que para lá daqueles muros caídos, tinha havido uma “*cidade*” ou um “*castro*”. Assim lhe chamou Virgílio Correia em 1938, quando lá se dirigiu após ter tido conhecimento da descoberta de um mosaico romano junto a uma piscina das termas da *villa*. Foram estas e outras informações que motivaram Russel Cortez a iniciar um processo de escavação na década de 40 do século passado (Cortez, 1951, 43-45). Havia também conhecimento, que em Covelinhas tinham aparecido vestígios romanos, nomeadamente um mosaico funerário que cobria uma sepultura cavada na rocha encontrada na altura em que se abriram os caboucos para a construção da capela do Senhor da Boa



Passagem, situada num pequeno espaço aplanado sobranceiro ao Rio Douro (Cortez, 1941, 28-29; Idem, 1951, 46). Russel Cortez, quando iniciou o seu projecto de escavação da Fonte do Milho sabia das potencialidades arqueológicas daquelas paragens pois, em 1936, havia sido publicada a "*História da Vila e Concelho do Peso da Régua*" da autoria de José Afonso de Oliveira Soares. Nesta obra monográfica, sobre as diversas freguesias que constituem o actual concelho do Peso da Régua, há uma série de referências à Fonte do Milho, dizendo-se, textualmente, que por ali haviam aparecido moedas romanas, uma estátua mutilada, pedras unidas de rabo de andorinha e "*uma ou outra lenda, já quase ignorada por esta geração que entretinha há poucos anos, ao borralho, por noutes frias, os serões de avós e netos*" (Soares, 1936, 128-129).

Não havendo dúvidas quanto à identidade das moedas, podendo a estátua, mesmo mutilada, ser de procedência romana, já as designadas pedras unidas de "*rabo de andorinha*" estão relacionadas com o sistema de encaixe dos lagares que começam a ser usados com a Romanização e estendem-se até ao séc. XX. A dificuldade está em relacionar tais vestígios com lagares de vinho ou de azeite, pelo simples facto do sistema, no essencial, ser basicamente o mesmo, mas como nas escavações realizadas por Russel Cortez apareceu uma *cella vinaria*, então há alguma hipótese de tais sinais pertencerem à Romanização.

As escavações levadas a cabo na Fonte do Milho, na década de 40 do século XX, ocorreram num contexto, hoje, difícil de entender, face ao avanço do conhecimento técnico e científico, mas que então decalcava o que se fazia um pouco por toda a parte. A principal preocupação daqueles investigadores centrava-se na descoberta de estruturas habitacionais, na recolha de materiais arqueológicos visualmente apelativos, relegando-se o restante para um papel secundário, senão mesmo inerte, pelo simples facto dos contextos arqueológicos não serem ainda valorizados. Não havia qualquer preocupação em registar sequências estratigráficas, desconhecia-se ou relegava-se para um papel secundário qualquer relação entre o espólio e as estruturas e pouco ou nada se valorizava os aspectos negativos produzidos pelas intromissões, pelos revolvimentos e muito pouco se atendia à especificidade das ocupações, dos abandonos, das destruições e das reocupações.

Tudo isto se sente no "relatório" que Russel Cortez nos deixou sob a forma de separata do 1º Volume dos Anais do Instituto do Vinho do Porto, denominado "*As escavações arqueológicas do Castellum da Fonte do Milho*" publicado em 1951. Não há qualquer registo estratigráfico, não há uma descrição das camadas de terra encontradas e tão pouco as plantas e as fotografias são graficamente apelativas. De acordo com os padrões actuais, tais deficiências não conseguem escamotear um

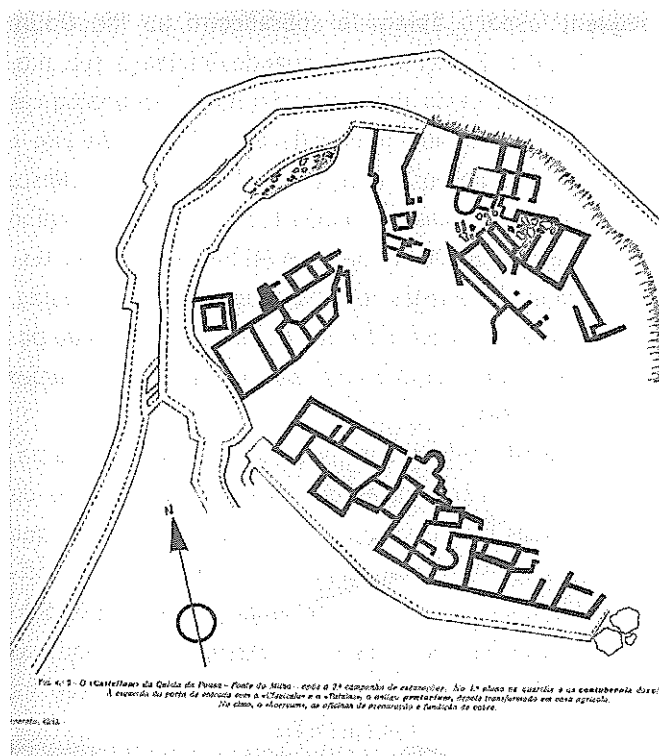


Fig. 4 | Planta da villa da Fonte do Milho segundo Russel Cortez

dência, nomeadamente o romano. Combinando os dois, percebeu então que aquela colina havia tido uma longa ocupação humana, que se estendia do séc. I ao começo da Alta Idade Média. Menos feliz foi, quando, ao deparar com a muralha, atribuiu ao sítio uma função militar que posteriormente se haveria de transformar numa *villa* agrária.

A ideia primeira de Russel Cortez foi, que as ruínas que havia escavado, pertenciam a um acampamento militar de carácter permanente, apesar da sua tipologia não se enquadrar na doutrina militar romana de então. Apoiava a sua tese no facto de haver uma dupla espessa muralha em xisto “*acamado em seco*” sendo a sua largura, no topo, de 12 metros. O acesso ao interior fazia-se por uma espécie de “barbacã” de porta e um espessamento deliberado da muralha mais interior, medida que justificou a tese do autor, que se estava perante um eficaz sistema defensivo, mesmo sem ter encontrado a porta oposta e tão pouco o fosso que costuma acompanhar exteriormente os acampamentos romanos (Cortez, 1951, 50-53).

A convicção de Russel Cortez, que estava perante um acampamento militar romano, seria ainda reforçada pelo facto do território ser atravessado por uma via romana, de carácter secundário é certo, mas fundamental para o desenvolvimento

facto insofismável, ou seja, o autor teve o cuidado de enquadrar as descobertas da Fonte do Milho no contexto duriense, valorizando os achados já conhecidos, mas sem esquecer a relevância histórica da conquista romana. Resolvido o enquadramento histórico-arqueológico – na bibliografia citada percebe-se que conhecia as referências de Pinho Leal às ruínas e aos seus achados – o autor passou a valorizar as estruturas postas a descoberto e o espólio cerâmico de maior evi-

da região. Vinda dos lados de Viseu, subia até Vila Real e Chaves, após fazer a travessia no Rio Douro, mesmo em frente a Covelinhas, no sítio da Passagem. Perante este facto, não admira que se tivesse alicerçado no autor a ideia que o acampamento militar fora colocado naquele alto, porque era necessário vigiar a travessia e porque no monte de São Leonardo havia minério de cobre parte dele trabalhado nas oficinas detectadas no interior do recinto habitacional. Seria, na sua perspectiva, não o acampamento de um legião, antes de um grupo mais pequeno, de uma coorte, que teria a missão de apoiar os colonos romanos instalados no vale do Douro que se dedicavam à exploração agrária, às minas, aos barreiros, à construção de estradas. A sua presença seria, enfim, uma sólida garantia de paz numa região que se presumia, já então, como de grande futuro económico.

À época, Russel Cortez pensou ter encontrado outros acampamentos militares na região norte de Portugal. Um situar-se-ia no Cerdal, concelho de Valença e um outro em Santagões, mesmo sobre o Rio Ave, a jusante da ponte de Ave, no concelho de Vila do Conde. Só que a realidade arqueológica destes sítios é bem outra. Em ambos os casos, os dois sítios mais não são que castros da Idade do Ferro providos de um tipo de fortificação feita à base de taludes e de fossos técnica muito usada em “castros agrícolas” construídos na ponta final da Cultura Castreja (Almeida, 2003, 165- 178).

A solidez da argumentação de Russel Cortez, nem para ele, à data, era convincente. É o próprio autor que, na conclusão, vacila ao escrever que não era “*desca-bido supor o conjunto das ruínas da Fonte do Milho como pertencente a uma bem determinada estação viária*” (Cortez, 1951, 74). O facto de admitir que as ruínas podiam ser o remanescente de uma *mansio* ou mesmo de uma *mutatio*, invalidava, em definitivo, a hipótese das mesmas terem sido um acampamento militar. Por outro lado, não aprofundava o facto de tais serviços, relacionados com o *cursus honorum*, só estarem presentes nas vias imperiais, também ditas vias da rede principal, o que não era o caso.

A intervenção arqueológica viria a demonstrar que a ocupação do sítio havia sido longa, que fora coeva das guerras contra os Ástures e Cântabros e que se havia prologado até ao séc. V. De acordo com as suas observações, na fase terminal teria sido transformada numa *villa* agrária, perdida a função primeira de acampamento militar ou, numa hipótese menos sólida, de estação viária. Como tal aconteceu o autor não o explica, pois limita-se a afirmar que perdido “*o seu valor militar, foram substituídos por edificações pacíficas, ocupadas pelos colonos de então...*” (Cortez, 1951, 76).

É um facto que, no decurso da intervenção arqueológica, foram descobertos suficientes sinais de uma estrutura agrária. Foram recolhidos fragmentos de *dolia*

com restos de azeite, duas *molae oleariae* e uma *cella vinaria* ou seja uma adega romana com um lagar provido de *calcatorium* e *lacus* que funcionava com um *prelum* cujos encaixes foram também encontrados (Cortez, 1951, 66-70). Havia ainda compartimentos próprios de uma *villa* rústica, como a lareira de uma cozinha, esgotos, o *horreum* e compartimentos onde se faziam trabalhos de fundição. Quanto ao espólio, se exceptuarmos a cerâmica, pouco sabemos. Nesta destacam-se as cerâmicas romanas de importação, nomeadamente a *terra sigillata* hispânica nas formas Drag. 15/17 e 37, uma forma 59 de Hayes, cuja datação se situa entre 320 e 400 (Hayes, 1972, 96 -100), restos de uma lucerna decorada com ramos de oliveira acompanhados das letras gregas alfa e ômega, dois símbolos muito usados no cristianismo nascente e alguns fragmentos de cerâmica indígena, daquela que no começo da Era actual se usava nos castros da Idade do Ferro da região.

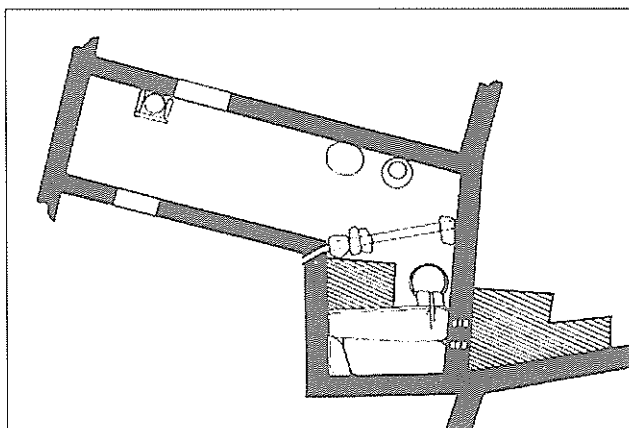


Fig. 5 | Planta da *cella vinaria* adaptada por J. Alarcão de Russel Cortez

Apesar de Russel Cortez ter defendido, com todo o empenho, que a Fonte do Milho começou como um acampamento militar romano, ninguém, com credibilidade na arqueologia europeia, seguiu verdadeiramente as suas ideias. Em 1979 publicava-se, em França, uma obra de síntese sobre as *villas* hispano-romanas,

que à data eram conhecidas em Portugal e Espanha. Da análise de Jean-Gérard Gorges sobre a Fonte do Milho, nada se diz sobre a possibilidade de ali ter havido uma fortificação militar, antes uma exploração com interesses no vinho e no azeite, a par do "*traitement des métaux de mines voisines (fer, cuivre)*" (Gorges, 1979, 52). Pelo mesmo diapasão alinhava, em 1981, um outro investigador francês, Alain Tranoy, à data um profundo conhecedor da epigrafia portuguesa e em certa medida, também, da arqueologia do norte de Portugal. Na sua tese de doutoramento, então publicada, negava a hipótese da Fonte do Milho ter sido um acampamento militar romano e colocava séries entraves à possibilidade da *villa* ser anterior ao séc. III (Tranoy, 1981, 238-239). Idêntica posição tomou Jorge de Alarcão. Para ele a Fonte do Milho nunca terá sido um fortim, como o defendeu Russel Cortez, mas, desde o início, uma exploração agrária. No actual estágio dos

nossos conhecimentos o sistema defensivo tanto poderá apontar para a existência de uma *villa* amuralhada, levantada já no Baixo Império, como representar, simplesmente, uma plataforma artificial sustentada pelos muros que dão a ilusão de um sistema defensivo. Teria sido sobre um espaço assim estabilizado que foi construída a *villa* com todos os seus pertences (Alarcão, 1988, 111).

Das três hipóteses aventadas por Russel Cortez, a que tem base de sustentabilidade mais sólida é aquela que se inclina para uma *villa* agrária, fortemente voltada para o aproveitamento das duas das culturas mais rentáveis em solos de clima mediterrânico: o vinho e o azeite. As duas deverão ter estado presentes, apesar de João de Barros ter escrito, em 1548, que só muito pouco tempo antes daquela data se tinham plantado “as primeiras oliveiras”, do que resultou, desde aquela altura, “muito azeite na terra” (Barros, 1919, 119). Se na actualidade a presença do azeite é proporcionalmente menor que o vinho, tal situação deriva do facto deste possuir a mais valia do *beneficio*, quando se trata de vinho, dito do Porto.

A exploração agrícola da Fonte do Milho nasceu no topo de uma colina de vertentes aplanadas e suavizadas por trabalhos de regularização dos solos. Um dos factores que influenciou na escolha daquele sítio foi o facto de ali haver uma ou mais nascentes de água, com caudal com capacidade de abastecer a população residente, o que incluía o conjunto termal ali representado através da piscina que



Fig. 6 | A villa da Fonte do Milho com o castro de São Leonardo em fundo

estava decorada com mosaicos de teor marinho (Acuña Castroviejo, 1973, 201-210). A água teria ainda de chegar para irrigar hortas e mesmo espaços mais amplos ou então não se percebe como um topónimo como Fonte do Milho surgiu num espaço, onde uma planta como o milho, mesmo que não fosse o maíz, necessita de uma certa dose de água para poder medrar.

De acordo com os sinais arqueológicos recolhidos durante a intervenção realizada na década de 40 do século passado, a iniciação do processo agrícola começou pouco depois do câmbio da Era, mais especificamente ao longo dos reinados de Augusto e de Tibério. Quem o comprova são os fragmentos de cerâmica indígena genericamente apresentados Por Russel Cortez, certamente os mesmos que vimos no espólio que está à guarda no Instituto do Vinho do Porto. Os que ali observamos são fragmentos de cerâmica indígena, iguais aos que se encontram nos castros da Idade do Ferro sediados no aro mais próximo, o que forçosamente inclui o castro de São Leonardo. Em sùmula, o começo do arroteamento nas terras da futura *villa*, iniciou-se com lavradores locais que muito provavelmente “*desceram*” daquele castro, dando assim origem a uma exploração que viria a tornar-se numa grande exploração dois séculos depois.

Soluções deste tipo até que nem são novidade. No litoral do Minho são muitos os exemplos já conhecidos e alguns deles estão na origem de conceituadas ocupações romanas e tal como esta, têm as suas raízes nos primeiros anos da efectiva romanização do território e abriram caminho a quintas, senão mesmo *villae*, quando a valorização do solo atingiu o pleno no começo do Baixo Império (Almeida, 2003).

Conjecturar-se que o sítio da Fonte do Milho era o local ideal, talvez mesmo único, para satisfazer a vontade de um par de agricultores em início de carreira, é hipótese que não nos degrada de todo. Se assim não fosse, porque é que eles o teriam escolhido em detrimento de outros mais abrigados e situados em baixios, mais junto do Rio Douro e do seu afluente Covelinhas? Só que uma premissa, lá por ser válida para um determinado momento e contexto, não tem que ser eternamente prevalecente e mesmo obrigatória. Por outras palavras, o contexto sócio-económico e mesmo político do séc. I, não foi, de modo algum, o mesmo que se plasmou ao longo do Baixo Império. De permeio, as sucessivas rebeliões militares haviam sangrado diversas partes do Império e a anarquia, que começou por ser com e dentro das legiões, em breve se estendeu a outros sectores da sociedade, também a ela viver momentos conturbados. Começou com a investida dos gauleses que, por volta de 260, atravessam a Gália e a Espanha para se juntarem aos mouros no Norte de África, para prosseguir com a revolta dos bagaudas que no final do

séc. III destabilizou a Gália, influenciou os territórios vizinhos e obrigou o imperador Diocleciano a empenhar-se, pessoalmente, na guerra através do seu César Maximino (Badel et alii, 1998, 195-196).

Desconhecemos como progrediu a exploração agrária da Fonte do Milho, até ao momento em que se transformou na sólida estrutura que as ruínas deixam antever, apesar da delapidação que recentemente ali se fez. O que a li se vê é obra tardia, bem dentro da romanização, sendo coincidentes os mais diversos autores em considerarem o Baixo Império como a cronologia mais provável para a construção do sistema “defensivo” que rodeia a área habitacional. Por exemplo, A. Tranoy, é bem específico quando afirma que tal sistema só se pode “*expliquer dans le contexte des troubles du Bas-Empire*” (Tranoy, 1981, 414).

Olhando para a planta da *villa* da Fonte do Milho, a primeira impressão é que se trata de uma estrutura fundiária, que se distribuía por três núcleos, aparentemente distintos, mas que se articulariam entre si. Queremos frisar, que esta nossa atitude condicional deve-se, ao facto, da escavação arqueológica no interior do espaço amuralhado, não ter sido realizada na totalidade, o que permite pensar em estruturas soterradas que poderão, um dia, redimensionar a análise que agora fazemos.

Os três núcleos cartografados no rescaldo da intervenção arqueológica, têm em comum o facto de se encontrarem no interior de uma estrutura, aparentemente defensiva, formada por uma dupla linha de muralhas (Cortez, 1951, 47-53) ou, numa versão menos bélica, no interior de uma plataforma artificialmente preparada com o auxílio de muros de suporte. Nesta versão, defendida por J. de Alarcão, as ditas “*muralhas*”, mais não são que muros construídos com a largura e a solidez necessária para facilitar a implantação de um numeroso e diversificado conjunto de casas e anexos, que conjugavam a prática agrícola com a rentabilização de algum do minério extraído nas vertentes do actual monte de São Leonardo. Por isso lá estavam, segundo Russel Cortez, as oficinas de fundição do cobre.

Se olharmos atentamente para a planta que foi desenhada pela equipa de Russel Cortez no final da década de 40 do século passado, está claro que a área habitacional, na sua forma elipsoidal, foi construída no limiar de uma pequena colina que desce um pouco acidentadamente para Sul, ou seja, na direcção do Rio Douro. Esta localização, por si só, não necessitava de uma plataforma artificial para que os diversos edifícios da *villa* tivessem uma efectiva segurança. Quando muito precisaria, do lado meridional, o mais acidentado, de um ou mais muros para contenção e regularização de terras, um pouco à imagem dos socacos que sustentam os milhares de geios que se multiplicam pela paisagem duriense. Tais trabalhos, toda-

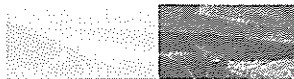
via, nem seriam necessários, caso o epicentro da exploração agrícola tivesse sido deslocado um pouco para Poente, zona bem mais plana, mas que a ter sido adoptada, acarretava alguns aspectos negativos: perdia a visibilidade directa sobre o Rio Douro e não colhia uma boa parte dos benefícios gerados pela nascente de água.

Se continuarmos a olhar para a dita planta percebe-se que, do lado nascente, havia uma segunda estrutura – também de largura considerável – erguida com parede vertical em pedra de xisto lascada que, por alturas da porta de acesso ao espaço habitacional, se transformava em asa e arrancava na direcção sul. Apesar das antigas e actuais destruições, os sinais desta muralha ainda estão perceptíveis, tal como os vestígios cerâmicos que se estendem do topo à base de um espaço, bem amplo, que foi surribado e transformado em pequenos socalcos com vinha plantada de novo. No seu actual estado, não é fácil adivinhar-lhe uma função, mas atendendo à suavidade do declive e à presença de um muro, com tal largura e extensão assinalável, não deverá ser exagerado pensá-lo como redil, local onde se encerravam os animais de pastoreio e mesmo os mais domésticos da exploração.

Um outro argumento digno de registo prende-se com a tipologia da principal porta de acesso ao interior da *villa*. Como as fotografias e a planta o demonstram, esta tem um acesso não directo à muralha interior mais avantajada, talvez para sustentar um torreão.



Fig. 7 | A travessia do rio fazia-se entre as povoações de Covelinhas e Folgosa



Transposta a porta, as dificuldades de circulação desapareciam, mas nota-se que as construções estavam num plano mais baixo que a estrutura defensiva, o que não aconteceria caso os ditos muros tivessem sido erguidos, unicamente com a finalidade de programar aquele espaço num outro topograficamente mais aceitável. Excluída, portanto, esta hipótese, resta-nos a solução, admissível, de estarmos perante uma *villa* fortificada. Sê-lo-à desde a sua criação ou mais tarde, no séc. III ou já no IV, quando os conflitos do tempo da anarquia militar e as investidas dos bárbaros passaram a pautar a vida de muitas das populações do ocidente romano? A destrinça de uma dúvida cronológica desta dimensão fica, para já, sem resposta, por falta de estratigrafias da escavação que não nos permitem estabelecer uma relação directa entre a muralha mais interior e as construções mais próximas. É óbvio, que é sempre possível procurar paralelos cronológicos e funcionais noutros locais onde o fenómeno ocorreu. Ora exemplos não faltam, por exemplo, no Alentejo. Só que, neste caso, temos de ter presente que as *villae* e casais fortificados identificados no Alentejo pertencem à primeira fase da presença romana naquela região, ou seja, ao período compreendido entre Júlio César e Augusto (Wahl, 1985, 149-176), cronologia que em parte se identifica com as origens da “descida” dos primeiros agricultores para o sítio da Fonte do Milho. Só que e com toda a sinceridade, no caso da Fonte do Milho, parece-nos difícil que os fundadores, tivessem à data capacidade financeira e motivos de ordem estrutural para realizar tal obra. Tal disponibilidade aceita-se para um momento bem posterior, quando a saúde monetária captada das potencialidades económicas do território já era um facto e o suficiente para dotar o local de umas termas decoradas com mosaicos e para adquirir cerâmicas de importação, como é o caso da terra sigillata hispânica e da Clara D.

Que a exploração agrícola da Fonte do Milho, na sua fase última de vida, foi um espaço fortificado, disso não temos grandes dúvidas, até porque nem acreditarmos que ali alguma vez tenha havido um qualquer acampamento militar. As evidências alinham com a muralha solidamente reforçada em boa parte do seu perímetro e com o fosso que Russel Cortez detectou “*na parte, onde mercê da topologia (topografia?) o acesso era mais fácil ergueram uma segunda ordem de muralhas e escavaram um fosso – vallum – que trabalhos agrícolas recentes, arruinaram completamente*” (Cortez, 1951, 50).

A necessidade de defender uma unidade agrícola daquela dimensão, nasceu da sua importância económica e estratégica e está solidamente alinhada com a instabilidade que o mundo romano conheceu, fruto da anarquia militar de meados do séc. III e das primeiras investidas, sérias, dos bárbaros par se fixarem em territó-

rios ocidentais. Se a defesa dos bens materiais foi algo que pesou e muito no amuralhamento do recinto onde cabiam as pessoas, os animais e as suas unidades produtivas mais relevantes, não devemos esquecer que o factor estratégico foi, no caso vertente, determinante.

A Fonte do Milho está situada no topo de uma colina, da qual se vê a povoação de Covelinhas, uma boa parcela do vale do ribeiro com o mesmo nome e uma nesga do Rio Douro. A curta distância passava uma estrada romana de importância regional, que fazia a ligação entre as duas metades do Douro. De Sul para Norte fazia a aproximação ao rio por Goujoim, Aricera, Vila Seca e Folgosa, sítio à beira rio com um passado bem conhecido na Idade Média, após a construção da Quinta dos Frades, assim designada, porque antes de ter sido comprada pelo barão de Folgoza, fizera parte do património do convento de Santa Maria de Salzedas (Monteiro, 1998, 184). A travessia fazia-se para a foz do ribeiro de Covelinhas e depois, pelo vale do mesmo curso de água, subia em direcção a Panoias e a Vila Real. Era um traçado difícil, sobretudo quando a topografia obrigava, em curtos lanços, a serpentear entre as dificuldades naturais; mas era um traçado vital para a economia desta região, sobretudo porque aqui se produziam bens com interesse para outros mercados, nomeadamente o vinho, o azeite e havia ainda o minério. Convirá ter presente que no espaço actualmente ocupado pela capela do Senhor da Boa Passagem foram encontrados sinais da presença romana, nomeadamente cerâmicas de uso doméstico e de construção, pedra com esquadria e moedas de Constantino Magno e de Constâncio Cloro (Soares, 1936,120). Tudo isto aponta

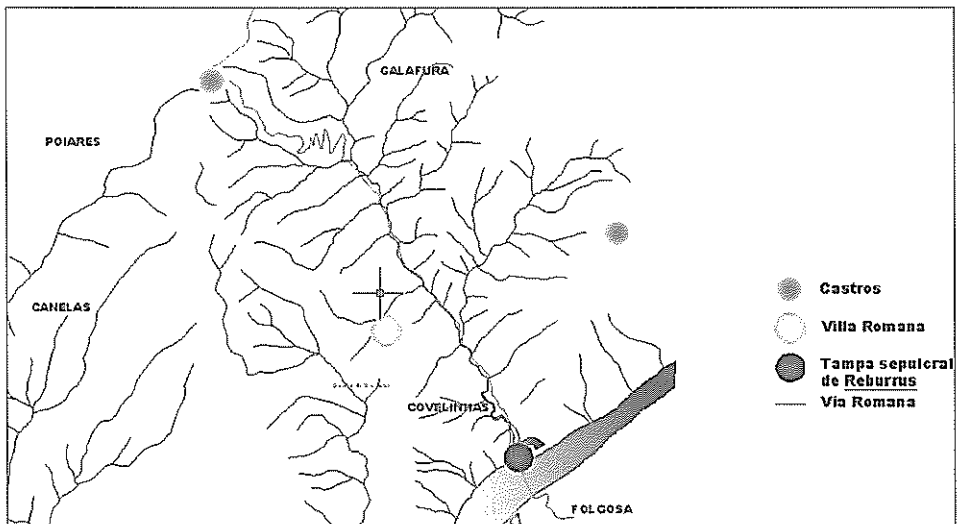


Fig. 8 | Provável traçado da estrada romana na imediação da villa romana.



para uma habitação a funcionar no Baixo Império, portanto com uma cronologia coincidente com a *villa* e com todas as probabilidades de fazer parte do seu núcleo empresarial. Tanto podia corresponder a uma dependência, onde a *villa* se abastecia de peixe no rio, como ser uma unidade que fazia parte do *fundus*, mas tinha a autonomia própria de quem pagava o tributo devido ao *dominus* da Fonte do Milho. Finalmente não podemos excluir a hipótese, bem provável, de ser uma unidade de apoio viário ou não estivesse situada numa das várias travessias do rio ou ainda e por que não, de também ali haver um *fanum*, um daqueles pequenos templos que se situavam junto da passagem dos rios. Medite-se no caso do pequeno templo, situado na embocadura da Ponte de Alcântara (Cáceres) e haja fundamentação para excluir tal possibilidade!

Ao que parece a *villa* não terá passado dos primeiros tempos da Alta Idade Média e o abandono da actividade agrícola também terá sido um facto. Quando se voltou a apostar na dinamização daqueles terrenos, já e há muito que o quadro administrativo se havia deslocado para outras latitudes, embora próximas: Canelas, Poiares, Vilarinho dos Freires, Galafura. A situação geográfica destes núcleos habitacionais originou novas centralidades e um outro tipo de eixos viários que objectivamente não encaixavam com o velho caminho romano. A travessia continuou, tanto mais que o topónimo *Passagem* ficou, mas bem longe do movimento de Moledo, Régua, Pinhão ou Tua. A sua utilidade terá sido mais do género da barca de Bagáuste (Duarte et Barros, 1997, 103) fisicamente próxima, com serventia para ambas as margens e em tempos mais recentes muito ligada aos movimentos entre as quintas situadas de ambos os lados do rio.

Bibliografia

- ACUÑA CASTROVIEJO, Fernando – *Consideraciones sobre los mosaicos portugueses del Convento Bracarense*, III CNA, Porto, 1973, p. 201-210.
- ALARCÃO, Jorge de – *O Domínio Romano em Portugal*, Mem Martins, 1988.
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – *A Romanização do Concelho de Vila do Conde* in *Actas do Congresso Histórico dos 150 Anos do Nascimento de Alberto Sampaio*, Guimarães, 1995, p. 51-72.
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – *Alguns apontamentos sobre a estação arqueológica de Vilarinho de Cotas – Alijó*, in *Douro, Estudos & Documentos*, 1 (1), 1996, p. 266-269.
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – *Povoamento Romano do Litoral Minhoto entre o Cávado e o Minho*, Vila Nova de Cerveira, 2003.
- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de – *Idade Média no Noroeste de Portugal*, in *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, Vol. 3, Porto, 1972, p. 113-136.

- AZEVEDO, Rui de; COSTA, Avelino de Jesus da; PEREIRA, Marcelino Rodrigues – *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, Vol. I, Univ. de Coimbra, 1979.
- CORTEZ, Russel – *Mosaicos romanos do Douro*, in *Anais do Instituto do Vinho do Porto*, VII, 1941, p. 123-161.
- BADEL, Christophe; Bérenger, Agnès – *L'Empire Romain au IIIe Siècle Après J.C.*, Sedes, Paris, 1998
- BARROS, João de – *Geographia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*, Porto, 1919.
- CORTEZ, Russel – *As escavações arqueológicas do "Castellum" da Fonte do Milho*, IVP, Porto, 1951.
- DUARTE, Luís Miguel; Barros, Amândio Jorge Morais – *Corações aflitos: a navegação e a travessia do Douro na Idade Média e no início da Idade Moderna*, in *Douro – Estudos & Documentos*, Vol. II (4), 1997 (2º), p. 77-118.
- GORGES, Jean-Gérard – *Les Villas Hispano-Romaines*, Diffusion Bocard, Paris, 1979.
- HAYES, J. W. – *Late Roman Pottery*, London, 1972.
- LENCASTRE, José de – *A vitivinicultura através de alguns documentos medievais de Arquivos Portugueses (séc. IX-XV)*, in *Anais do Vinho do Porto*, 1953.
- LIDELL; Alex; PRICE, Janet – *Douro. As Quintas do Vinho do Porto*, Quetzal Editores, Lisboa, 1995.
- MONTEIRO, Manuel – *O Douro*, 1998.
- OLIVEIRA, António Braz de; MARINHO, Maria José – *Devassa a que mandou proceder sua Majestade no Território do Alto Douro pelo Desembargador António de Mesquita e Moura*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1983.
- OLIVEIRA, Ernesto da Veiga; Galhano, Ferando; Pereira, Benjamim – *Construções Primitivas em Portugal*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1988.
- PEREIRA, Mário Bernardes et alii – *Prémio Literário Alto-Douro 1948 do Instituto do Vinho do Porto*, Instituto do Vinho do Porto, Porto, s/d.
- SEVERO, Ricardo – *Notícia sobre a estação romana na Quinta da Ribeira em Tralhariz*, in *Portugália*, 1ª Série, Porto, 2, 1908, p. 177-200.
- SOARES, José Afonso de Oliveira – *História da Vila e Concelho do Peso da Régua*, Régua, 1936.
- TABORDA, Virgílio – *Alto Trás-os-Montes. Estudo Geográfico*, Coimbra, 1932.
- TRANOY, Alain – *La Galicie Romaine*, Diffusion Bocard, Paris, 1981.
- Wahl, Jurgen, *Castelo da Lousa*, in *Madrider Mitteilungen*, Vol. 26, 1985, p. 149-176.

Nota: Este estudo resulta da comunicação apresentada no "II Seminário Internacional da História do Vinho"; Madeira, CEHA, 4 a 6 de Setembro, 2006, e que por motivos de força maior não pode ser incluído nas referidas actas.